



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 29 de abril de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

COMUNICADO - CONCURSO Nº 1, DE 28 DE ABRIL DE 2025

Academia de Polícia

"Dr. Coriolano Nogueira Cobra"

Secretaria de Concursos Públicos

Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira de DELEGADO DE POLÍCIA (DP-1/2023)

A Presidente da Comissão do Concurso em epígrafe TORNA PÚBLICA a relação dos pontos que serão sorteados para a Prova Oral, conforme SUBSEÇÃO I – DA PRESTAÇÃO DA PROVA ORAL, item 12.107 do Edital de Abertura, na seguinte conformidade:

DIREITO PENAL - PONTO 01

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título I - Dos Crimes contra a Pessoa
- Título VI - Dos Crimes contra a Dignidade Sexual
- Título XI - Dos Crimes contra a Administração Pública

DIREITO PENAL - PONTO 02

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título I - Dos Crimes contra a Pessoa
- Título III - Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial
- Título X - Dos Crimes contra a Fé Pública

DIREITO PENAL - PONTO 03

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título II - Dos Crimes contra o Patrimônio

- Título IV - Dos Crimes contra a Organização do Trabalho
- Título - XII - Dos Crimes contra o Estado Democrático de Direito

DIREITO PENAL - PONTO 04

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título II - Dos Crimes contra o Patrimônio
- Título VII - Dos Crimes contra a Família
- Título VIII - Dos Crimes contra a Incolumidade Pública

DIREITO PENAL - PONTO 05

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal

- Da Extinção da Punibilidade
- Título VII - Dos Crimes contra a Família
- Título VIII - Dos Crimes contra a Incolumidade Pública
- Título X - Dos Crimes contra a Fé Pública

DIREITO PENAL - PONTO 06

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título II - Dos Crimes contra o Patrimônio
- Título V - Dos Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos
- Título XI - Dos Crimes contra a Administração Pública

DIREITO PENAL - PONTO 07

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Aplicação da Lei Penal
- Código Penal – Parte Geral
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas

- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título VI - Dos Crimes a contra a Dignidade Sexual
- Título IX - Dos Crimes contra a Paz Pública
- Título XI - Dos Crimes contra a Administração Pública

DIREITO PENAL - PONTO 08

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título I - Dos Crimes contra a Pessoa
- Título X - Dos Crimes contra a Fé Pública
- Título XII - Dos Crimes contra o Estado Democrático de Direito

DIREITO PENAL - PONTO 09

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal

- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título I - Dos Crimes contra a Pessoa
- Título VI - Dos Crimes contra a Dignidade Sexual
- Título IX - Dos Crimes contra a Paz Pública

DIREITO PENAL - PONTO 10

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título VII - Dos Crimes contra a Família
- Título X - Dos Crimes contra a Fé Pública
- Título XI - Dos Crimes contra a Administração Pública

DIREITO PENAL - PONTO 11

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal

- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título I - Dos Crimes contra a Pessoa
- Título III - Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial
- Título IV - Dos Crimes contra a Organização do Trabalho

DIREITO PENAL - PONTO 12

- Direito Penal: Conceito e caracteres e função
- Princípios fundamentais do Direito Penal
- Fontes do Direito Penal
- Escolas Penais
- Evolução histórica do Direito Penal no Brasil
- Interpretação da Lei Penal
- Relação com outros ramos
- Direito penal e política criminal
- Código Penal – Parte Geral
- Aplicação da Lei Penal
- Do Crime
- Da Imputabilidade Penal
- Do Concurso de Pessoas
- Das Penas
- Das Medidas de Segurança
- Da Ação Penal
- Da Extinção da Punibilidade
- Título III - Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial
- Título VII - Dos Crimes contra a Família
- Título XI - Dos Crimes contra a Administração Pública

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 01

- Conceito e características do Direito Processual Penal
- Princípios do Direito Processual Penal
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Provas digitais
- Código de Processo Penal - Disposições preliminares
- Do inquérito policial

- Da ação penal
- Das questões e processos incidentes
- Da prova
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Das nulidades e dos recursos em geral

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 02

- Princípios do Direito Processual Penal
- Fontes do Direito Processual Penal
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Automação do processo
- Código de Processo Penal - Disposições preliminares
- Do inquérito policial
- Da competência
- Das questões e processos incidentes
- Da prova
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Das nulidades e dos recursos em geral

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 03

- Princípios do Direito Processual Penal
- Sistemas Processuais Penais
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Audiências virtuais
- Código de Processo Penal - Disposições preliminares
- Do inquérito policial
- Das questões e processos incidentes
- Da prova
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Da sentença
- Das nulidades e dos recursos em geral

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 04

- Princípios do Direito Processual Penal
- História do Direito Processual Penal
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Persecução Penal e novas tecnologias

- Código de Processo Penal - Disposições preliminares
 - Do inquérito policial
 - Da ação civil
 - Das questões e processos incidentes
 - Da prova
 - Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
 - Das nulidades e dos recursos em geral
- DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 05

- Princípios do Direito Processual Penal
 - Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
 - História do Direito Processual Penal
 - Devido Processo Penal
 - Devida Investigação Criminal
 - Provas digitais
 - Código de Processo Penal - Disposições preliminares
 - Do inquérito policial
 - Da ação penal
 - Das questões e processos incidentes
 - Da prova
 - Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
 - Das nulidades e dos recursos em geral
- DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 06

- Princípios do Direito Processual Penal
 - História do Direito Processual Penal
 - Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
 - Devido Processo Penal
 - Devida Investigação Criminal
 - Código de Processo Penal - Disposições preliminares
 - Do inquérito policial
 - Das questões e processos incidentes
 - Da ação civil
 - Da competência
 - Da prova
 - Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
 - Das nulidades e dos recursos em geral
- DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 07

- Princípios do Direito Processual Penal
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal

- Código de Processo Penal - Disposições preliminares
- Do inquérito policial
- Da ação penal
- Das questões e processos incidentes
- Da competência
- Da prova
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Das citações e intimações
- Das nulidades e dos recursos em geral

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 08

- Princípios do Direito Processual Penal
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Provas digitais
- Código de Processo Penal - Disposições preliminares
- Do inquérito policial
- Da ação penal
- Das questões e processos incidentes
- Da prova
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Das nulidades e dos recursos em geral
- Disposições gerais

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 09

- Princípios do Direito Processual Penal
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Código de Processo Penal - Disposições preliminares
- Do inquérito policial
- Da competência
- Das questões e processos incidentes
- Da prova
- Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Da sentença
- Das nulidades e dos recursos em geral

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 10

- Princípios do Direito Processual Penal

- Sistemas Processuais Penais
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Código de Processo Penal - Disposições preliminares
- Do inquérito policial
- Da ação penal
- Das questões e processos incidentes
- Da prova
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Dos processos em espécie
- Das nulidades e dos recursos em geral

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 11

- Princípios do Direito Processual Penal
- Sistemas Processuais Penais
- Interpretação e Aplicação da Lei Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Provas Digitais
- Do inquérito policial
- Da ação penal
- Das questões e processos incidentes
- Da prova
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Da competência
- Das nulidades e dos recursos em geral

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PONTO 12

- Conceito e características do Direito Processual Penal
- Princípios do Direito Processual Penal
- Devido Processo Penal
- Devida Investigação Criminal
- Persecução Penal e novas tecnologias
- Do inquérito policial
- Da ação penal
- Da ação civil
- Das questões e processos incidentes
- Da prova
- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória
- Dos processos em espécie
- Das nulidades e dos recursos em geral

LEGISLAÇÃO ESPECIAL- PONTO 01

- Decreto- lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais);
- Lei nº 2.889/1956 (Genocídio);
- Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal do Civilmente Identificado);
- Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);
- Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).
- Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade);
- Lei n 13.431/2017 (Lei de Escuta Especializada);

LEGISLAÇÃO ESPECIAL- PONTO 02

- Lei nº 9.434/1997 (Lei do Transplante de Órgãos);
- Lei nº 9.455/1997 (Tortura);
- Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro);
- Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração);
- Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente);
- Lei nº13.974/2020 (Reestruturação do COAF);
- Lei nº 9.296/1996 (Lei de Interceptação Telefônica);

LEGISLAÇÃO ESPECIAL- PONTO 03

- Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal);
- Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional);
- Lei nº 7.716/1989 (Preconceito Racial);
- Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude);
- Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade);
- Lei nº13.974/2020 (Reestruturação do COAF);

LEGISLAÇÃO ESPECIAL- PONTO 04

- Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais);
- Lei nº 9.279/1996 (Lei da propriedade industrial);
- Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial);
- Lei nº 12.984/2014 (Lei discriminação de portadores de HIV);
- Lei nº 9.296/1996 (Lei de Interceptação Telefônica);
- Lei nº 12.830/2013 (Investigação Criminal conduzida pelo Delegado de Polícia);
- Lei nº 13.974/2020 (Reestruturação do COAF);

LEGISLAÇÃO ESPECIAL - PONTO 05

- Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
- Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento);
- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Lei nº 9.610/1998 (Lei sobre Direitos Autorais);
- Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança);
- Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais);
- Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade);

LEGISLAÇÃO ESPECIAL - PONTO 06

- Lei nº 4.737/1965 (Crimes Eleitorais);
- Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade);
- Lei nº 12.830/2013 (Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado);
- Lei nº 6.766/1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano);
- Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Capitais);
- Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento);

LEGISLAÇÃO ESPECIAL - PONTO 07

- Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software);
- Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas);
- Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Capitais);
- Lei nº 9.807/1999 (Programa de Proteção à Testemunha);
- Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte);
- Lei nº 13.431/2017 (Lei de Escuta Especializada);
- Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade);

LEGISLAÇÃO ESPECIAL- PONTO 08

- Lei nº 7.960/1989 (Prisão Temporária);
- Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Lei nº 13.257/2016 (Políticas Públicas para a Primeira Infância);
- Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo);
- Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos);
- Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade);
- Lei nº 13.974/2020 (Reestruturação do COAF);

LEGISLAÇÃO ESPECIAL - PONTO 09

- Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- Lei nº 8.137/1990 (Crimes Contra a Ordem Tributária);
- Lei nº 1.521/1951 (Crimes Contra a Economia Popular);
- Lei nº 8.176/1991 (Crimes Contra a Ordem Econômica);
- Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo);
- Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).
- Lei nº 13.974/2020 (Reestruturação do COAF).

LEGISLAÇÃO ESPECIAL- PONTO 10

- Lei nº 7.960/1989 (Prisão Temporária);
- Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB);
- Lei nº 9.029/1995 (Práticas discriminatórias relativas à gravidez no trabalho);
- Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas);
- Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo);

- Lei nº 14.232/2021 (Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres);

- Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação)

LEGISLAÇÃO ESPECIAL – PONTO 11

- Lei nº 5.970/1973 (Remoção de Pessoas e de Veículos em Acidentes de trânsito);
- Lei nº 8.245/1991 (Locação dos Imóveis Urbanos);
- Lei nº 7.716/1989 (Preconceito Racial);
- Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas);
- Lei nº 12.850/2013 (Lei de Repressão às Organizações Criminosas);
- Lei nº 11.340/2006 (Lei “Maria da Penha”);
- Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência)

LEGISLAÇÃO ESPECIAL- PONTO 12

- Lei nº 9.455/1997 (Tortura);
- Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação)
- Lei nº 7.716/1989 (Preconceito Racial);
- Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas);
- Lei nº 12.850/2013 (Lei de Repressão às Organizações Criminosas);
- Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel);
- Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência)

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 01

- Direito Constitucional: conceito, objeto, formação, fontes e conteúdo.
- Constitucionalismo. Poder Constituinte. Emendas à Constituição. Crises.
- Constituição: tipologia, classificação, concepções, legitimidade. Supremacia.
- Força normativa da Constituição. Efetividade das normas constitucionais.
- Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria Geral das Garantias. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.
- Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. Fenômenos constitucionais.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 02

- Sistema constitucional: Os valores na Constituição. Dos preceitos fundamentais. Fins e funções do Estado.
- Princípios constitucionais: interpretação, conceito, conteúdo, função e relevância. Princípios e normas.
- Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional.
- Fenômenos constitucionais.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 03

- Controle de constitucionalidade: Sistemas de controle, critérios e modos de exercer o controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidades. Supremacia da Constituição Federal. Ação declaratória de inconstitucionalidade, finalidade, objeto e efeitos. Ações Constitucionais.
- Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria Geral das Garantias. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.
- Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. Fenômenos constitucionais.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 04

- Proteção judicial dos direitos fundamentais: Ações Constitucionais. Proteção não judicial.
- Direitos sociais. Teoria Geral dos Direitos Sociais. Classificação. Efetivação.
- Direito de nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
- Democracia. Regime Político: conceito, pressupostos, valores, princípios, tipos e exercício.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 05

- Direito da cidadania: direitos políticos positivos e negativos. Partidos políticos.
- Organização do Estado: formação, desenvolvimento, evolução, soberania e globalização.
- Estado federal: conceito, surgimento, evolução e características.
- Federação brasileira: componentes e intervenção.
- Competências e sua repartição.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 06

- União: natureza jurídica, competências e bens.
- Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites.
- Constituição Estadual: conceito, competência, limites, elementos e organização política do Estado de São Paulo.
- Constituição Estadual: Poderes remanescentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 07

- Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites.
- Municípios: Lei Orgânica e seus elementos, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- Distrito Federal e Territórios.
- Organização Administrativa do Estado: Administração Pública – noção, princípios, normas e organização.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 08

- Organização Administrativa do Estado: Servidores Públicos civis e militares – regime jurídico constitucional.
- Organização funcional do Estado: princípio da separação dos poderes – essência, evolução, significado e atualidade.
- Poder Legislativo: funções, organização e funcionamento. Espécies normativas.
- Processo legislativo. Lei Complementar nº 95/1998 (Consolidação Legislativa).

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 09

- Poder Executivo: Presidente da República, Governadores e Prefeitos - eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições. Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
- Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria Geral das Garantias. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.
- Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. Fenômenos constitucionais.
- Constituição Estadual: conceito, competência, limites, elementos e organização política do Estado de São Paulo. Poderes remanescentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 10

- Poder Judiciário: funções, organização, competências, funcionamento e Súmulas Vinculantes.
- Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria Geral das Garantias. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.
- Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. Fenômenos constitucionais.
- Constituição Estadual: conceito, competência, limites, elementos e organização política do Estado de São Paulo. Poderes remanescentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 11

- Funções essenciais da Justiça: Ministério Público. Advocacia. Defensoria Pública.
- Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria Geral das Garantias. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.
- Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. Fenômenos constitucionais.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PONTO 12

- Estado de Defesa. Estado de Sítio.

- Forças Armadas. Segurança Pública. Polícia Civil.
- Ordem social: fundamentos e objetivos. Seguridade social, educação, cultura e desporto. Comunicação social, meio ambiente, família, criança, adolescente, idoso e índio.
- Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria Geral das Garantias. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.
- Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. Fenômenos constitucionais.

DIREITOS HUMANOS – PONTO 01

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - “Pacto de São José da Costa Rica” (1969). (Item 7.11);
- Grupos vulneráveis e minorias. Diversidades: história, preconceito, discriminação, racismo, homofobia, transfobia, igualdade, ações afirmativas, interseccionalidade. (Item 7.3);
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, China, 1995). (Item 7.15);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 02

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - “Pacto de São José da Costa Rica” (1969). (Item 7.11);
- Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (Aprovada na Nona Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1948). (Item 7.6);
- Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948). (Item 7.7);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 03

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966). (Item 7.10);
- Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 04

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);
- Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (1985). (Item 7.13);
- Convenção Interamericana para Prevenir e Reprimir a Tortura (1985). (Item 7.14);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 05

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos

Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);

- Convenção Interamericana contra a Corrupção (1996). (Item 7.16);
- Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional (Decreto 4.388/2002). (Item 7.18);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 06

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);
- Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (Decreto 5.017/2004). (Item 7.19);
- Princípios de Yogyakarta (Indonésia, 2006). (Item 7.20);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 07

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);
- Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 (Decreto 7.037/2009). (Item 7.21); Programa Estadual de Direitos Humanos (Decreto Estadual nº 42.209, de 15 de setembro de 1997). (Item 7.25);
- Incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ao direito brasileiro. Conflitos. (Item 7.4);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 08

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos.

(Item 7.1);

- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);
- Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Guatemala, 2013 – Decreto nº 10.932/2022). (Item 7.23);
- Convenção sobre o Crime Cibernético (Decreto nº 11.491/2023). (Item 7.24); Lei nº 13.874/2019 (Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e garantias de livre mercado). (Item 7.31);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 09

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8); Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);
- Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos. (Item 7.12); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade Para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok). (Item 7.12);
- Lei Estadual nº 10.948 de 05 de novembro de 2001 (Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências). (Item 7.26); Decreto Estadual nº 55.589, de 17 de março de 2010 (Regulamenta a Lei nº 10.948/2001). (Item 7.27);

DIREITOS HUMANOS – PONTO 10

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);

- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8) Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);
 - Lei Estadual nº 14.187/2010 (Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial). (Item 7.30); Lei Estadual nº 17.431/2021. (Item 7.32);
 - Sistema Internacional de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos. Sistema Interamericano. (Item 7.5);
- DIREITOS HUMANOS – PONTO 11

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
 - Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
 - Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8) Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);
 - Decreto Estadual nº 55.839, de 18 de maio de 2010 (Institui o Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT e dá providências correlatas). (Item 7.29); Decreto Estadual nº 55.588 de 17 de março de 2010 (Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas). (Item 7.28);
 - Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho concernente ao Trabalho Forçado ou Obrigatório (Decreto nº 10.088/2019). (Item 7.22);
- DIREITOS HUMANOS – PONTO 12

- Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. (Item 7.1);
- Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos. (Item 7.2);
- Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP - 1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos

firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. (Item 7.8) Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969). (Item 7.11);

- Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e Protocolo (promulgada pelo Decreto nº 50.215/1961) e Lei 9.474/1997. (Item 7.9);
- Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Defensores de Direitos Humanos) (Resolução 53/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1998). (Item 7.17);

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 01

- A Administração Pública Direta e Indireta: entidades e órgãos. Classificação dos órgãos públicos. Desconcentração e descentralização administrativas. Entidades integrantes da Administração Pública descentralizada.
- Serviços Públicos. A ordem e os direitos sociais. Conceito, classificação e princípios. Competência dos entes federados.
- Formas de prestação dos serviços públicos. Serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados.
- Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração Pública. Formas, meios e instrumentos. Garantias administrativas e processuais dos administrados.
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 02

- Parceria público-privada. Consórcios e convênios administrativos.
- A defesa do usuário/consumidor de serviço público.
- Entidades em colaboração com o Estado e Terceiro Setor. Serviços sociais autônomos. Organizações Sociais. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992).
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 03

- Poderes e deveres da Administração. Uso legítimo e abuso de poder. Poderes em espécie.
- Poder de Polícia.
- Desconcentração e descentralização administrativas. Entidades integrantes da Administração Pública descentralizada.
- Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).
- Intervenção do Estado no domínio econômico. A ordem econômica. Formas de atuação. O Estado regulador: a repressão ao abuso do poder econômico. O Estado executor. Monopólio estatal.
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 04

- Atos administrativos.
- Licitação, contratos Administrativos.

- Responsabilidade Civil do Estado.
- Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/68).
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 05

- Atos administrativos.
- Processo Administrativo. Processo Administrativo Disciplinar.
- Lei Estadual do Processo Administrativo (Lei nº 10.177/1998).
- Bens públicos.
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/79).

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 06

- Bens Públicos.
- Princípios regenciais da Administração Pública. Princípios constitucionais explícitos e implícitos da atividade administrativa estatal. Transparência e probidade administrativa.
- Intervenção do Estado na propriedade. Intervenção do Estado no domínio econômico. A ordem econômica. Formas de atuação.
- O Estado regulador: a repressão ao abuso do poder econômico. O Estado executor. Monopólio estatal.
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 07

- Responsabilidade Civil do Estado.
- Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração Pública. Formas, meios e instrumentos. Garantias administrativas e processuais dos administrados.
- Servidores públicos. Servidores públicos do Estado de São Paulo. O regime jurídico-trabalhista do policial civil paulista.
- Processo Administrativo. Processo Administrativo Disciplinar.
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/79).

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 08

- Administração Pública: em sentido amplo (Administração Pública e Governo – aspectos objetivo e subjetivo) e em sentido estrito (funções administrativas e os sujeitos incumbidos de desempenhá-las).
- Servidores públicos. Servidores públicos do Estado de São Paulo. O regime jurídico-trabalhista do policial civil paulista.
- Serviços Públicos.
- Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/1968).
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).

DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 09

- Direito Administrativo: conceito, evolução histórica, fontes, métodos e critérios interpretativos, relação com outros ramos do Direito.

- Princípios do Direito Administrativo. Princípios regenciais da Administração Pública. Princípios constitucionais explícitos e implícitos da atividade administrativa estatal. Transparência e probidade administrativa.
 - Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
 - Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992).
 - Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).
- DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 10

- Atos administrativos.
 - Poderes e deveres da Administração. Uso legítimo e abuso de poder. Poderes em espécie.
 - Poder de polícia.
 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/1968).
 - Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).
- DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 11

- Princípios regenciais da Administração Pública. Princípios constitucionais explícitos e implícitos da atividade administrativa estatal.
 - Licitação, contratos administrativos.
 - Responsabilidade civil do Estado.
 - Intervenção do Estado na propriedade.
 - Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).
- DIREITO ADMINISTRATIVO - PONTO 12

- Entidades em colaboração com o Estado e Terceiro Setor. Serviços sociais autônomos. Organizações sociais. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- Serviços Públicos. Pareceria público-privada. Consórcios e convênios administrativos.
- Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942).
- Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).
- Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/79).